DECISÃO SINGULAR DSG - G.JD - 7127/2017

PROCESSO TC/MS	: TC/11215/2016
PROTOCOLO	: 1697594
ÓRGÃO	: PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA
ORDENADOR (A)	: SILAS JOSE DA SILVA
RELATOR (A)	: JERSON DOMINGOS
CONTRATADO (A)	: PETEL MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO E EQUIPAMENTOS LTDA. E ELÉTRICA ZAN LTDA.
PROCEDIMENTO	: PREGÃO PRESENCIAL Nº 012/2016
OBJETO	: CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA FORNECIMENTO DE MATERIAL DE CONSTRUÇÃO, HIDRÁULICO E ELÉTRICO, PARA ATENDER AS DIVERSAS SECRETARIAS DA PREFEITURA MUNICIPAL DE ÁGUA CLARA/MS.
VALOR	: R$ 411.789,50 (QUATROCENTOS E ONZE MIL SETECENTOS E OITENTA E NOVE REAIS E CINQUENTA CENTAVOS)

Em exame o procedimento licitatório Pregão Presencial nº 012/2016, celebrado entre o Município de Água Clara e as empresas Petel Materiais de Construção e Equipamentos Ltda., no valor de R$101.388,00 (cento e um mil, trezentos e oitenta e oito reais) e Elétrica Zan Ltda., no valor de R$310.401,50 (trezentos e dez mil, quatrocentos e um reais e cinquenta centavos), tendo por objeto a contratação de empresa para fornecimento de material de construção, hidráulico e elétrico, para atender as diversas secretarias da Prefeitura Municipal de Água Clara, MS.

A 3ª Inspetoria de Controle Externo manifestou-se através da Análise ANA-3ICE-23267/2016 (fls. 270-274) pela regularidade do procedimento licitatório.

O Ministério Público de Contas exarou o parecer PAR-2ªPRC-8634/2017 (fl. 275) pela regularidade do procedimento licitatório.

É o relatório**.**

Da análise dos autos, verifica-se que o procedimento licitatório Pregão

Presencial nº 012/2016 atendeu às normas legais pertinentes, quais sejam, Lei nº 10.520/02[1], Lei nº 8.666/93 e alterações e encontra-se de acordo com as determinações contidas no Regimento Interno desta Corte de Contas[2], demonstrando a regularidade do procedimento adotado pelo responsável, sendo a documentação enviada a este Tribunal tempestivamente, de acordo com a Instrução Normativa TC/MS nº 035/2011.

Desta forma, de acordo com a análise da 3º Inspetoria de Controle Externo e com o parecer do Ministério Público de Contas, **DECIDO**:

I – Pela **REGULARIDADE** do procedimento licitatório Pregão Presencial nº 012/2016, celebrado entre o Município de Água Clara e as empresas Petel Materiais de Construção e Equipamentos Ltda. e Elétrica Zan Ltda., com base no art. 59, I, da Lei Complementar nº 160/2012 c/c. o art. 120, I, "a" da Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013;

II – pela **REMESSA** dos autos à 3ª Inspetoria de Controle Externo para acompanhamento e análise das próximas fases, nos termos regimentais;

III – pela **COMUNICAÇÃO** do resultado do julgamento aos interessados, nos termos do art. 50[3] da Lei Complementar Estadual nº 160/2012 c/c o art. 70, §2º[4], do Regimento Interno, aprovado pela Resolução Normativa TC/MS nº 76/2013;

---

[1] Institui, no âmbito da União, Estados, Distrito Federal e Municípios, nos termos do art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, modalidade de licitação denominada pregão, para aquisição de bens e serviços comuns, e dá outras providências.
[2] Resolução Normativa TC/MS nº 076/2013.
[3] Art. 50. As intimações dos atos processuais e demais comunicações do Tribunal podem ser realizadas dos seguintes modos ou formas:
I - pelo Diário Oficial do Tribunal de Contas do Estado de Mato Grosso do Sul (DOTCE/MS);
II - por correspondência física ou eletrônica, com a prova do recebimento;
III - em portal eletrônico do Tribunal de Contas;
IV - pela autoridade competente, provada com a assinatura do jurisdicionado, seu mandatário ou preposto, ou, no caso de recusa ou de impossibilidade para assinar, com a declaração escrita daquela autoridade.
Parágrafo único. A intimação por edital deve ser realizada na forma estabelecida nas disposições do inciso I, conforme a disciplina do regulamento.
[4] Art. 70. Decisão Singular é o instrumento de formalização do ato de Conselheiro, no exercício do Juízo Singular (art.. 9º e 10º), inclusive no caso de apreciação da legalidade de ato de pessoal para o fim de registro.
(...)
§2º Apreciada ou decidida singularmente a matéria do processo, os autos serão remetidos ao Cartório para a publicação do ato e as demais providências cabíveis.

Campo Grande, MS, 18 de julho de 2017.

Jerson Domingos
Conselheiro Relator

SMSC